

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ENTRE A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA

Ana Emília Borba Ferreira da Silva¹

As políticas de desenvolvimento territorial rural tem repercutido no cotidiano dos trabalhadores do campo com grandes impactos, podendo-se perceber dentro deste contexto a dicotomia entre as pautas políticas apresentadas pelas organizações de trabalhadores do campo e o tipo de política implementada pelo governo. No sentido de ampliar a discussão sobre o tema e refletir sobre o modo de produção vigente e os antagonismos sociais forjados nos seio das contradições deste processo nos desafiamos a elaborar este artigo, tendo como pano de fundo as Políticas de Desenvolvimento do Brasil Rural e a luta pela terra dos Movimentos Sociais do Campo, com isso pretendemos abordar territorialidade do capital. Desta forma nosso trabalho parte de uma revisão bibliográfica de autores como Poulantzas (1971,1981), Lenin (2007), Florestan Fernandes (1981) e David Harvey (2010), Banco Mundial (2007), caderno do Condraf (2010) e por fim caderno de debates n. 1 do MST (2012).

Palavras Chaves: Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento, Antagonismo Social e Movimento Social;

O CONTEXTO

O debate sobre território e os processos que emergem destes entram na pauta do dia em espaços acadêmicos, na esfera dos movimentos sociais, dos governos, das organizações não governamentais e das empresas privadas, problematizando questões que se realizam no âmbito local e dialogam com as relações de ordem global.

Para Fernandes (2009) o território não é apenas espaço de governança, ele é produto das relações e classes sociais que disputam um “território diverso”, esta colisão é principiada pelas contradições que surgem entre as classes e seus projetos e sua forma de relacionar-se com o mundo, deste modo os territórios passam a se constituir de diferentes tipos sejam eles fixos, fluxos, material e imateriais.

¹ Mestranda em geografia pela FCT/UNESP- Presidente Prudente. emiliaborba@gmail.com; Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

As relações que constroem o território nascem a partir da relação entre Homem-Natureza e Homem-Trabalho, a partir da interação entre o homem e a natureza que se desenvolvem as forças produtivas da sociedade e por meio do trabalho que os homens constroem as bases materiais da sociedade como também constroem a si, desta forma o trabalho atua como mediador das relações homem-natureza e homem-homem.

O território não é uma estrutura em si mesma, e portanto nele se refletem as relações sociais que imperam na sociedade, encontramos o capitalismo como forma mais expressiva destas relações, e que tende a condicionar, subordinar a e apropriar-se de tudo que é produzido. É nesse sentido que a força de trabalho tornar-se também uma mercadoria. É na apropriação do trabalho e dos produtos do trabalho pelo capital que esta a centralidade do capitalismo, isso dar-se no *locus* como também em nível global. Refletimos desta forma que o território não é uma totalidade em si mesma, mas nele reconhecemos que a relação é dialógica, portanto é parte de uma totalidade que encarna diferentes variantes e aspectos da realidade.

Fernandes (2009) ao fazer o debate sobre a territorialidade apresenta as relações materiais e imateriais que conformam esses espaços:

o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. (p. 11)

O autor aponta que esse aspecto do território esta associado a perspectiva de como os atores projetam o seu uso, nesse sentido ao estudar as politicas publicas nos propomos a refletir a partir do confronto entre a luta pela reforma agrária e as politicas de desenvolvimento territorial.

A opção pelo programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST deu-se ao longo de nossa atuação como participante da luta por reforma agrária, e o envolvimento com o movimento social do campo possibilitou perceber que há divergências entre as perspectivas de construção de territórios entre os sujeitos que lutam pela reforma agrária e o Estado responsável pela implementação das políticas.

A opção pela Política de Desenvolvimento do Brasil Rural tem como pano de fundo compreender como algumas diretrizes do Banco Mundial para agricultura estão presentes dentro de tal política.

SOBRE AS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL E POLITICA DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL RURAL

Ao estudar a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e diretrizes do Banco Mundial para agricultura podemos perceber algumas semelhanças que gostaríamos de elencar para poder no segundo momento construirmos uma reflexão teórica. A) Quando observamos o contexto histórico em que foram formuladas é possível perceber que ambas partem de um processo de crise econômica; B) as duas contrastam com a luta política em relação a terra e os sujeitos organizados que participam da luta popular; C) todas duas nascem de um projeto de desenvolvimento rural e têm como foco de ação o território; D) em ambas há uma participação efetiva do Estado seja como mobilizador ou articulador;

SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO

A crise capitalista que se conformou em 1973 foi resultado de uma convergência de fatores que segundo Harvey (1993) se configurou como Regime de Acumulação Flexível e tem como aspectos de sua formação um processo de financeirização da economia, a constituição de um mercado globalizado e impactos da luta de classes em vários países, entre outros. Estes aspectos foram a mola propulsora para uma profunda reestruturação do sistema econômico, derivando daí a estratégia das políticas neoliberais.

Segundo Montaña (2011)

essa é uma crise que tem como raiz a secular queda da taxa de lucro (combatida temporariamente em certos contextos com medidas exógenas), e que obriga ao capital e o Estado à reestruturação de certos processos e instituições existentes, como forma de procurar, por via de mecanismos econômicos e extraeconômicos, atenuar ou neutralizar a crise. (p.192)

A política de acesso a terra do Banco Mundial gestada na década de 80 e aplicada a diversos países da América Latina na década de 90 e a Política de Desenvolvimento Brasil Rural cunhada ao longo dos anos 2000 e apresentada em 2008, correspondem a períodos ciclos da crise do capital em períodos distintos.

De acordo com Pereira (2009) os países que quisessem ter acesso à assistência do Fundo Monetário Internacional- FMI e aos programas do Banco Mundial

teriam de cumprir um conjunto de condições consideradas relativamente fáceis de monitorar e de por em pratica- como abertura do mercado doméstico aos bancos

estrangeiros, ajuste fiscal e controle inflacionário- e não mais um rol extenso de mudanças estruturais, institucionais e financeiras. (p. 297)

Com isso as políticas de acesso a terra não passavam mais pela reforma agrária ampla e massiva como forma de democratização, elas agora tinham como objetivo responder ao ajustamento estrutural do neoliberalismo, com isso o Banco Mundial financiou e/ou apoiou a implementação de programas de compra e venda de terras por trabalhadores que não as tinham ou mesmo pequenos agricultores. Deste modo a reforma agrária de mercado configurou-se como uma política de desenvolvimento rural e combate a pobreza.

A Política de Desenvolvimento Brasil Rural- PDBR é fruto de uma resposta também econômica as questões levantadas pelos trabalhadores do campo, que passaram a questionar a forma verticalizada e economicista de como as políticas eram concebidas. O caderno elaborado para apresentar a PBDR chama atenção e afirma que esta política surge “Diante das crises recorrentes do modelo capitalista de produção e consumo, nas suas dimensões social, econômica, ambiental e energética, que afetam diretamente as relações sociais e as diferentes formas de convivência humana com a natureza” (Brasil, p. 08).

O discurso sobre as questões sociais parecem tomar o corpo de todo o projeto e parecem responder aos anseios das reformas de segunda geração anunciadas pelo Banco Mundial, “ampliar a concepção de desenvolvimento – incorporando metas como equidade social, educação, inovação tecnológica, proteção ambiental, participação social e superação do “tradicionalismo” na vida social”. (PEREIRA, 2009, p. 280), assim como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e todos os seus atores como parte integrante de “mecanismos de participação social que articulassem toda a sociedade no processo de mudança” (PEREIRA, 2009, p. 280).

Ou seja, a matriz da PBDR parece convergir não só no contexto econômico das políticas neoliberais como também demonstra manter uma relação de vínculo com o Banco Mundial.

SOBRE A LUTA POLÍTICA

A luta pela terra e por reforma agrária esta escrita no cenário político econômico com letras garrafais já a algum tempo, no entanto, nas últimas três décadas houve um reposicionamento dentro da sociedade tendo em vista as ocupações de terras e grandes mobilizações realizadas por movimentos de trabalhadores rurais. Tais ações tem como fator predominante a denúncia contra o latifúndio, a violência da expropriação e a não realização da reforma agrária. Girard (2008) ao

analisar os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra –CPT mostra que “Nos vinte anos que compreendem o período analisado (1986-2006), os camponeses e trabalhadores rurais assassinados foram cerca de 1.100, as ameaças de morte foram cerca de 3.200 e as tentativas de assassinato pouco mais do que 1.000.” (p.30), dados como esse evidencia a proporção do conflito entre capital e trabalho no Brasil.

É também neste período que várias políticas de mercado ou compensatórias ganharam corpo entre as políticas agrárias do Estado, esse tipo de política foram formuladas por intelectuais neoliberais e fomentadas pelo Banco Mundial. Segundo Filho (2007) a proposição desse tipo de política esta relacionada as:

nações onde a distribuição da terra é muito desigual há um retardamento nas taxas de crescimento econômico. E como este é a menina dos olhos do BM, as políticas voltaram se para ações que pudessem promover alguma desconcentração deste bem, transferindo a terra para produtores *mais eficientes*. Outra motivação diz respeito aos baixos investimentos privados realizados no meio rural na América Latina, África e Ásia, logo nada mais oportuno que promover programas voltados para a atração destes. Por fim, a preocupação, meramente retórica, de redução ou alívio da pobreza (e não com sua eliminação). (p. 51)

Percebe-se que as políticas apresentadas cabem dentro de paradigmas que reafirmam a ordem vigente, pois contrariamente a resolver os problemas estruturais elas apenas amenizam os conflitos. Florestan (1981) e Carter (2010) nos chamam atenção que a situação de desigualdade, injustiça e instabilidade social desencadeia processos sociais diversos.

Segundo Carter (2010), os elevados níveis de desigualdade podem desacelerar o crescimento econômico, fomentar maior disparidade e ampliar a pobreza, fomentar a insegurança e reduzir a qualidade de vida, condicionam o poder público e os recursos culturais existentes na sociedade, subverte o Estado de direito e enfraquecem a democracia. Em sua análise ainda chama atenção ao caráter da injustiça social e como estes atestam um desafio ao desenvolvimento e a democracia.

Florestan (1981) trata das questões referentes a instabilidade social provocada pelos problemas estruturais que quando não dominadas dentro do seio do Estado tendem a emergir as ruas, levando momentos de insurgência popular o que vem ameaçar a estabilidade política e logo são contidas dentro da ordem ou abafadas pelo uso da força.

Nesse sentido, observamos que a forma como o Banco Mundial e os governos vêm tratando os conflitos pela terra e a reforma agrária são formas de escamotear a raiz do problema, distanciando os sujeitos do cerne da questão, de modo a refrear o debate da reforma agrária.

É importante lembrar também ao processo de criminalização que as organizações de luta pela terra estão vivenciando nós últimos períodos, o que tem como efeito a desmobilização popular em organizações massiva de trabalhadores em detrimento da participação representativa de organizações em fóruns, conselhos e comitês. Esse modelo de participação tem como fator a setorização do debate, sem que a totalidade da política da reforma agrária seja discutida. Com isso as políticas de reforma agrária parecem estar diluídas em muitas outras.

SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E A TERRITORIALIDADE

A ideia de desenvolvimento rural se constitui a partir da demanda de solução do problema da pobreza rural, Pereira (2009) observa que para o Banco Mundial a pobreza é um problema que deriva da falta de progresso, de modernidade e de inserção na lógica de produção capitalista. Tanto que chega a utilizar a categoria pobretologia como forma de análise, parâmetro e foco obrigatório no âmbito da assistência ao desenvolvimento.

Ainda de acordo com Pereira (2009) para o Banco Mundial

O conceito de que a superação da pobreza rural e urbana dar-se-ia pelo aumento da produtividade dos pobres” tinha como premissa a ideia de que vivia em tais condições apenas quem não estivesse inserido em atividades consideradas produtivas e rentáveis. Tal proposição operava um triplo movimento: primeiro, apagava o caráter desigual e combinado das formas de exploração e, portanto, a “funcionalidade dos pobres” (desempregados, subempregados, pequenos agricultores etc.) para a acumulação capitalista; segundo, isolava a pobreza do conjunto das relações sociais, como se fosse um fenômeno em si mesmo; terceiro, reificava as modalidades mais predatórias de desenvolvimento capitalista, na medida em que explicava a pobreza como exclusão do progresso, e não como um dos seus resultados. (p. 268)

Demonstrando movimentos importantes: **a)** onde os pobres são nivelados e a exploração da força de trabalho é ocultada, todavia as formas de exploração dos trabalhadores da cidade e do campo desempenha papéis fundamentais para a acumulação do capital. Os trabalhadores formais são explorados na esfera formal, os semiproletários são o exercito de reserva e os camponeses tem o trabalho familiar apropriado pelo capital. A superexploração do trabalho é o elo comum que os une na condição de explorados. Portanto, não só os pobres como também os países pobres tem papel funcional dentro da dinâmica capitalista onde a desigualdade é meio para que as forças produtivas nestes países possam avançar o capitalismo e sua acumulação.

b) a pobreza é problema dos pobres e estes estão nesta condição por que estes não se interessam em questionar a estrutura e as relações vigentes e o modelo de desenvolvimento do Banco propõe que sua saída desta condição é de sua própria responsabilidade e para tanto é

necessário usar do capital social para empoderar-se, e a partir das oportunidades de capacitação para desenvolver a si e a seu território. Constituir a pobreza como um fenômeno em si mesmo é também afirmar a lógica do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Logo, a superação da pobreza implica em resolver o problema do não desenvolvimento e onde ele está localizado, ou seja, no campo já que a concentração de pessoas com níveis mais baixos de IDH encontram-se ali. A demanda de resolver a problemática a partir da territorialidade é pertinente a solução do problema localizado.

A contradição se apresenta no sentido de que o território conforma-se como um problema em si mesmo e não como parte de um todo, fruto das desigualdades. Desta forma o desenvolvimento territorial rural tem seu foco na solução de problemas específicos sem ater-se ao todo e as questões estruturais que levam a desigualdade e provocam consequentemente a pobreza.

SOBRE O PAPEL DO ESTADO E AS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO

Lenin (2007) as vésperas da situação de insurreição na Rússia de 1904 analisa que “o Estado é um órgão de dominação de classe, o órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes.”(p.25), esta leitura com base nos escritos de Marx e Engels e sua análise sobre a sociedade burguesa pretende nos colocar diante da questão central do duelo que existe entre as classes e que a existência do Estado, do poder público e da máquina governamental são componentes importantes na esfera de dominação.

Poulantzas (1981) vai mais adiante e diz que o Estado é um aparelho especial que apresenta uma ossatura própria e que “a materialidade institucional do Estado como aparelho “especial” não pode ser reduzida a seu papel na dominação política. Deve ser, antes de mais nada, procurada na relação do Estado com as relações de produção e a divisão social do trabalho que elas implicam.” (p. 55).

Percebemos através de Lenin e Poulantzas que o Estado desempenha papel fundamental no processo de acumulação de capital e organização das classes, é ainda no Estado que se condensa materialmente a luta de classes (Poulantzas, 1981) e através da luta de classes que os trabalhadores conseguem exercer sua força e forçar a burguesia e o Estado a fazer concessões e assumir compromissos com a classe. Desta forma as políticas sociais aparecem como resultado da

correlação de forças sociais e da necessidade do Estado de sanar a ameaça de instabilidade política econômica.

Segundo Montaño (2011) “ao incorporar certas demandas sociais nas respostas estatais, devolve-se a legitimidade ao sistema; (p.148)” o que reflete diretamente nos processos de articulação e mobilização das organizações. Para Montaño (2010) o Estado assume formas que incidem na luta de classes: a) ameniza os conflitos e cria uma imagem positiva do Estado; b) com isso os conflitos de classe são realocados da esfera produtiva para a institucional, o que faz entrar num processo de normatização para serem solucionados; c) criam políticas setoriais e específicas, desarticulando e desmobilizando a luta de classe; d) por fim, cria o senso comum de que é o Estado do povo.

Essa falsa ideia de Estado provoca muitos dos sujeitos (coletivos) a acreditar que a luta pelo poder do Estado é sinônimo de participação nas tomadas de decisão, Poulantzas (1971) avisa que:

O vício fundamental de tal concepção, pelo menos no quadro de uma sociedade caracterizada por um conflito de classe, é, por um lado, o de uma concepção voluntarista do processo das “decisões”, menosprezando a eficácia das estruturas, e o de não poder localizar exatamente, por detrás das aparências, os centros efetivos de decisão no interior dos quais funciona a distribuição do poder; (p. 120)

Fato que nos põe em questão o debate da territorialidade e dos territórios como políticas fundamentais de participação, não por acaso o Banco Mundial (2007) também apresenta a participação como um fundamento importante. Vejamos o que diz:

Para conseguir agendas agrícolas para o desenvolvimento, a governança nos níveis local, nacional e global precisa ser melhorada. O Estado precisará ter maior capacidade para coordenar todos os setores e formar parcerias com atores privados e da sociedade civil. Os atores globais precisam cumprir uma agenda complexa dentro de normas interrelacionadas e bens públicos internacionais. O empoderamento da sociedade civil, especialmente das organizações produtoras, é essencial para melhorar a governança em todos os níveis.

É nesse mesmo aspecto que a PBDR (2010) traz o elemento de participação:

A incorporação de políticas com recorte territorial, com uma perspectiva de gênero, geração, raça e etnia, e também com uma abordagem ambiental e cultural; e a criação e consolidação de espaços democráticos de participação social voltados para a construção de uma governança democrática representam, ainda que de forma fragmentada, a base para uma nova geração de políticas públicas que busquem integrar um conjunto de ações e medidas multisetoriais. (p. 15)

Ou ainda:

Consolidar espaços e instrumentos de controle e gestão social das políticas públicas, por meio de mecanismos democráticos e participativos que ampliem a participação cidadã na formulação e implementação dessas políticas. (p.31)

Em relação a participação e ao Estado:

A efetivação da PDBR implica a criação de um arranjo político-institucional integrador, capaz de adequar a estrutura organizativa e aprimorar as capacidades institucionais do Estado, nas suas diferentes esferas. Simultaneamente, o Estado brasileiro deve contribuir para o fortalecimento das formas de organização autônoma da sociedade civil e também de seu protagonismo político e social. Assegurar a representação direta e a participação propositiva do Estado e da sociedade civil nos espaços de controle e gestão social das políticas públicas configura-se numa orientação estratégica essencial para a construção de uma nação democrática (p.35)

A centralidade da PBDR e das diretrizes do Banco Mundial convergem no processo de aceitação do Estado como ele é, ou seja, reafirma a condição de exploração e as mudanças propostas em sua política não passam pela perspectiva estrutural. A ideia de participação e democracia para o capital tem função apenas instrumental, a democracia só é aceitável desde que permita a reprodução das relações sociais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA COMO ANTAGONISMO SOCIAL

A luta pela terra apresenta-se como um elemento chave para questionar a forma social que está presente na sociedade brasileira, apresentando componentes que a colocam como uma luta contra o capital, e os movimentos de luta pela terra como espaço de organização dos trabalhadores do campo, caracterizando-se como organizações de classe.

O MST fruto do antagonismo do modo de produção capitalista no campo, e tem tornado-se referencia na luta política e social. Ao analisar seu programa de Reforma Agrária Popular percebemos que uma série de iniciativas e experiências em curso e as demandas apresentadas se articulam com o desenvolvimento da sociedade como um todo, pois as implicações de seu programa chegam às cidades, e percebe-se que a cidade não é a dicotomia do campo, mas sim, uma continuidade complexa e integrada.

O seu projeto também convoca a mobilização popular para construção de um território livre e chama o Estado e todo seu aparato a assumir determinada responsabilidade nas mudanças propostas. Contudo, tem claro que esse modelo de Estado que ai esta precisa ser diferente, com isso em seus cadernos de princípios evoca:

Não acreditamos que o governo, o Estado ou as classes dominantes farão a Reforma Agrária por iniciativa própria. Portanto, nós trabalhadores devemos estar organizados e lutar para conquistarmos a Reforma Agrária, sem cair em ilusões de esperar por soluções milagrosas.

As conquistas concretas ou econômicas são parte da existência do Movimento Sem Terra, a grande massa de trabalhadores quando embarcam nas fileiras do Movimento o fazem por não ter mais opção na sociedade, muitos chegaram ao limite da proletarização e da pauperização, engrossam as fileiras para ter terra, comida, e trabalho e se essas necessidades mais vitais não podem ser atendidas as pessoas vão ter mais dificuldade para lutar por escola, casa, educação, justiça social e soberania.

O programa de reforma agrária popular defendido pelo MST vai de encontro ao modelo de desenvolvimento que esta em andamento no país, e afirma que suas propostas são

parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção do campo aponte para a superação da superexploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. (p. 39)

A complexidade que envolve o programa de reforma agrária “desde baixo” como proposto pelo MST engloba questões que vão desde a escola, a escolarização ao estudo como forma de emancipação, do crédito para produção e a perspectiva de como, o que e que forma produzir sem afetar o meio ambiente, os produtores e os consumidores, da saúde como prevenção não como tratamento, as questões de gênero, da comunicação, da cultura e entre tantas, e todas se articulam entre si como formas multidimensionais. Um projeto de desenvolvimento territorial nessa perspectiva propõe um território livre que afronta os modelos elaborados, sugeridos e implementados por instituições como o Banco Mundial e governos que compactuam com programas de cunho economicistas.

Para Amorim (2005) este confronto se dá porque os movimentos sociais:

lutam por um projeto político, alternativo de cunho popular, trabalhista, nacional e soberano; que têm projeto estratégico para a sociedade e, ao mesmo tempo, organizam o povo para conquistas econômicas (táticas) e reivindicam conquistas concretas de reformas no interior do Estado. Combinam lutas econômicas (táticas) e as lutas políticas (estratégicas) (p.25)

A Reforma Agrária Popular proposta por uma organização de trabalhadores do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se propõe a pensar estrategicamente sobre como construir um poder desde outra perspectiva, não só do campo mas, na articulação do campo e da cidade. No entanto, seus limites ainda são grandiosos, pois o MST assim como as demais organizações do campo tem uma territorialidade limitada frente à do capital e as suas diversas formas de superexploração e de colonização.

CONSIDERAÇÕES

Por fim, gostaríamos de ressaltar que o debate sobre as políticas de desenvolvimento tem tomado corpo e a centralidade das questões do campo, e ao longo de nosso estudo podemos observar que há um compartilhamento com as diretrizes do Banco Mundial o que implica em um processo de territorialização do capital através de instrumentos como Conselhos, fóruns e comitês instituídos pelo governo que tem como função legitimar as políticas públicas a participação das organizações sociais. No entanto, a pauta dos movimentos sociais como o MST apresenta-se com caráter diferente das que são legítimas nesse âmbito.

Podemos perceber que as políticas públicas que tem como centralidade o debate da territorialidade tende a tirar o foco da totalidade e ater-se nas questões locais, o que promove um processo de diluição das políticas estruturais em políticas focalizadas.

O que está em jogo é um projeto maior onde o território é parte integrante de um todo e as questões agrárias passam por uma política que não implica apenas desenvolvimento, e nesse sentido a reforma agrária popular do MST traz como elementos importantes a luta pela melhoria das condições de vida da população do campo e da cidade, contudo esbarra no limite do modo de produção, o que coloca em xeque a disputa de um modelo de sociedade.

Todo esse debate nos provoca ampliar a reflexão sobre o papel do Estado e o seu papel como organizador das classes, percebendo que a luta pela reforma agrária está inscrita nas lutas estruturais neste país e como o bloco no poder tem se portado ao longo da história. Por outro lado a forma de desenvolvimento e o modo de produção também cria seu avesso e fruto disso é o papel que o MST têm enquanto instrumento político da força social dos trabalhadores do campo.

REFERENCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório para o desenvolvimento mundial de 2008: Agricultura para o desenvolvimento, visão geral.** Washington, DC, Banco Mundial, 2007.

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e reforma agrária no Brasil.** São Paulo. UNESP, 2010.

CONDRAF. Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. Brasil, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Florestan. “Notas sobre o Fascismo na América Latina”, in **Poder e Contra Poder na América Latina.** Ed. Zahar: Rio de Janeiro. 1981, pp. 13-38.

_____. “Reflexões sobre as Revoluções interrompidas (uma rotação de perspectiva)”, in **Poder e Contra Poder na América Latina.** Ed. Zahar: Rio de Janeiro. 1981, pp.69-113.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira.** Presidente Prudente, agosto de 2008.

Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>. Acessado em: 05 de

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MONTAÑO, Carlos. Estado, Classe e Movimentos Social. São Paulo, Cortez, 2011.

MST. **Caderno de debates no. 1.** Preparação ao VI Congresso Nacional do MST- 2013: subsídios para o debate de temas estruturais da sociedade brasileira para uma reforma agrária popular. São Paulo, MST, 2012.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”.** Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282. abril de 2009.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista.** Porto: Portucalense, 1971.

_____, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.